



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O presente instrumento trata-se de estudo preliminar referente à contratação:

OBJETO:

Contratação de profissionais para prestação de serviços na Área Médica, em diversas especialidades, para atendimento nas Unidades de Saúde e no Hospital Nossa Senhora das Dores (em sistema de Sobreaviso, conforme escalas).

A Lei de Licitações 14.133/21, discorre sobre o Estudo Técnico Preliminar:

Art. 6: XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido; (...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;



X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Esta Entidade descreve a seguir a necessidade da contratação considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

Justificativa:

A Secretaria de Saúde dispõe, em seu quadro de servidores, de diversos médicos clínico geral, mas, no entanto, não possui nenhum médico especialista. Dessa forma, para que possa oferecer atendimento de especialistas é necessário contratar profissionais, que estarão disponíveis para atendimento nas Unidades de Saúde e também, no caso das especialidades pediatria e ginecologia/obstetrícia, junto ao Hospital Nossa Senhora das Dores, em sistema de sobreaviso, priorizando os atendimentos na sala de parto.

Ao contratar profissionais de diversas especialidades como pediatria, endócrino pediatria, ginecologia/obstetrícia, ortopedia, psiquiatria, nefrologia, anestesiologia, a Secretaria da Saúde busca facilitar o acesso dos pacientes a algumas especialidades, que inicialmente são obrigação do Estado, minimizando o tempo de espera nas filas de regulação.

Já com a contratação de um médico clínico geral, a Secretaria da Saúde busca um profissional capacitado a realizar o papel de regulador, gerenciando o sistema de regulação municipal.

Na pesquisa de preços para a estimativa de valores deste processo, foram observados, além da pesquisa direta com fornecedores, valores de referência de processos licitatórios de outros municípios e valores pagos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, do qual o Município faz parte.

Por conta da necessidade de realizar o encaminhamento posterior de possíveis solicitações de exames e consultas especializadas, é necessário que os profissionais contratados preencham todos os documentos preconizados nos protocolos do Ministério da Saúde.



Da mesma forma, é necessário que os profissionais realizem o respectivo registro de seus atendimentos nas plataformas indicadas pela Secretaria da Saúde.

Para fins de comprovação da frequência e do respectivo cumprimento da carga horária contratualizada, os profissionais contratados deverão registrar o ponto diário, de forma mecânica ou manual, regularmente.

Requisitos Da Contratação:

As empresas contratadas deverão comprovar a qualificação para a execução do objeto, bem como atender as condições de habilitação exigidas em Lei.

Para fins de habilitação fica determinado, minimamente, a apresentação da seguinte documentação:

- *Contrato Social (ou documento equivalente, como requerimento de empresário ou ato constitutivo);*
- *Cópia do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), com emissão não superior a 90 (noventa) dias;*
 - *Regularidade com a Fazenda Federal; VÁLIDA;*
 - *Regularidade com a Fazenda Estadual; VÁLIDA;*
 - *Regularidade com a Fazenda Municipal; VÁLIDA;*
 - *Regularidade com o Fundo de Garantia (FGTS); VÁLIDA;*
 - *Regularidade fiscal com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista) – CNDT; VÁLIDA;*
 - *Certidão Negativa de Pedidos de Falência; VÁLIDA;*
 - *Declaração assinada pelo Representante Legal da Empresa contendo o seguinte conteúdo:*

- *DECLARO sob as penas da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme cita em seu art. 156, que esta Empresa não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública e nem foi declarada inidônea, ciente de declarar ocorrências posteriores.*

- *DECLARO sob as penas da Lei Federal nº 14.133/2021 que esta Empresa não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.*

- *DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.*

- *DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.*

- *DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.*

- **Comprovação, para fins de demonstração de capacitação operacional, de possuir aptidão para a execução dos serviços, mediante a apresentação de atestado/certidão emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado de que a Empresa proponente executou a qualquer tempo, serviços de característica semelhantes ao licitado;**



- Relação com nome do (s) profissional (is) habilitado (s) para realizar os serviços contratados, com a apresentação de comprovação da respectiva especialidade;
- Registro de Qualificação de Especialidade RQE.

OBS: CONSTAR NO EDITAL: empresa contratada deverá reter o ISS referente aos serviços prestados no Município Capinzal.

Solução – Levantamento De Mercado

Conforme detalhado no documento dos orçamentos, em anexo deste ETP, foram identificados diversos fornecedores capazes de atender a demanda e, desta forma, foram efetuadas pesquisas de preços com fornecedores do mercado local e regional, foram considerados valores de referência de processos licitatórios de outros municípios e valores pagos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, do qual o Município faz parte.

O valor estimado para esta contratação está em conformidade com o art. 23, inciso IV da Lei 14.133/21:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Descrição da solução como um todo

Objeto: Contratação de profissionais para prestação de serviços na Área Médica, em diversas especialidades, para atendimento nas Unidades de Saúde e no Hospital Nossa Senhora das Dores (em sistema de Sobreaviso, conforme escalas).

Solução 01: Contratação de profissionais para prestação de serviços na Área Médica, em diversas especialidades, para atendimento nas Unidades de Saúde e no Hospital Nossa Senhora das Dores, através de Processo Licitatório.

Vantagens: Através da contratação, será possível oferecer um serviço especializado, eficiente, garantindo boas condições de saúde à população do Município de Capinzal.



Desvantagens: Não foram encontradas desvantagens para a solução.

Solução 02: Contratação de profissionais para prestação de serviços na Área Médica, em diversas especialidades, para atendimento nas Unidades de Saúde e no Hospital Nossa Senhora das Dores, através de Concurso Público ou Processo Seletivo.

Vantagens: Através da contratação, será possível oferecer um serviço especializado, eficiente, garantindo boas condições de saúde à população do Município de Capinzal.

Desvantagens: Aumento do quadro de servidores e conseqüentemente, aumento da folha de pagamento e das despesas com impostos.

Encaminhamento: A solução 01 atende de forma mais efetiva as necessidades e demandas do Município.

Conclusão: A contratação do objeto se mostra viável e indispensável para o município, para que a Secretaria da Saúde ofereça atendimento de especialidades com qualidade, proporcionando acesso a esse serviço.

Estimativa das Quantidades e Preços

Para esta contratação as quantidades foram estimadas na demanda existente.

O valor referência foi obtido conforme levantamento de mercado e documento dos orçamentos, em anexo:

Item	Qtde	Unidade	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	12	Meses	Ginecologista/Obstetra, para atendimento na Unidade Central e Unidades de Saúde (50 horas mensais), para consultas, consultas pré-cirúrgicas e procedimentos ginecológicos, realizados pelo SUS.	R\$ 14.151,76	R\$ 169.821,12
02	12	Meses	Ginecologista/Obstetra, para atendimento na Unidade Central e Unidades de Saúde (50 horas mensais), para consultas, consultas pré-cirúrgicas e procedimentos ginecológicos, realizados pelo SUS.	R\$ 14.151,76	R\$ 169.821,12
03	12	Meses	Ginecologista/Obstetra para atendimento no Hospital Nossa Senhora das Dores, em Sistema de Sobreaviso, 24 horas/dia (10 dias / 240 horas mensais), conforme escala	R\$ 14.000,00	R\$ 168.000,00
04	12	Meses	Ginecologista/Obstetra para atendimento no Hospital Nossa Senhora das Dores, em Sistema de Sobreaviso, 24 horas/dia (10 dias / 240 horas mensais), conforme escala	R\$ 14.000,00	R\$ 168.000,00
05	12	Meses	Médico especialista em Psiquiatria para atendimento na Unidade Central (20 horas mensais)	R\$ 9.341,71	R\$ 112.100,52
06	12	Meses	Pediatra para atendimento na Unidade Central (20 horas semanais)	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00
07	12	Meses	Médico especialista em Endócrino Pediatria para atendimento na Unidade Central (10 horas mensais)	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
08	12	Meses	Médico Clínico Geral para atendimento na Unidade Central e para preenchimento de TFD e atuação como Médico Regulador (20 horas semanais)	R\$ 11.817,00	R\$ 141.804,00
09	12	Meses	Médico especialista em anestesia para avaliações anestésicas nas Unidades de Saúde (15 horas mensais)	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
10	12	Meses	Médico especialista em Nefrologia para atendimento na Unidade Central (20 horas mensais)	R\$ 10.500,00	R\$ 126.000,00
011	12	Meses	Médico especialista em Ortopedia/Traumatologia para atendimento nas Unidade de Saúde (50 horas mensais)	R\$ 19.500,00	R\$ 234.000,00
				TOTAL	R\$1.529.546,76



Ainda, esta licitação deve ter como critério de julgamento: **Menor Preço por Item.**

Justificativa Para o Parcelamento ou Não da Contratação

A Lei nº 14.133/2021, estabelece em seu artigo 40, inciso V, alínea "b", como princípio, entre outros, o do parcelamento, "*quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso*".

O fracionamento em itens é a regra geral das contratações públicas sempre que assim for tecnicamente viável, a fim de se aumentar a competitividade pela ampla participação de licitantes.

Considerando que a necessidade prevê a contratação de apenas um item, a solução possui caráter indivisível, não cabendo, portanto, a previsão de parcelamento do objeto.

Definição se o Objeto é Passível ou não de Subcontratação.

É vedada a subcontratação total ou parcial deste objeto.

Contratações Correlatas E/OU Interdependentes

Para atendimento das necessidades, o objeto do presente ETP verifica que a solução se relaciona com as seguintes contratações realizadas:

- Processo Licitatório nº 021/2019 - Pregão Presencial nº 04/2019
Contratos nº: 024/2019, 026/2019, 027/2019, 028/2019, 029/2019, 030/2019, 032/2019
- Processo de Licitação nº 016/2022 - Edital de Credenciamento nº 004/2022:



Edital - Erval
Velho.pdf

- Edital de Pregão Presencial nº 14/2022 – Processo nº 36/2022:



EDITAL DE PREGAO
PRESENCIAL - Erval S

- Edital de Pregão Presencial nº 06/2021 – Processo de Licitação nº 14/2021



PREGAO_PRESENCIAL_6_MEDICO_PED

Alinhamento com o PCA – Plano de Contratações Anual

A contratação consta no PAC de 2024, pois é de extrema importância para a manutenção das atividades da Secretaria de Saúde.

Demonstração dos Resultados Pretendidos

Tendo em vista da demanda existente de pacientes que procuram a Secretaria da Saúde procuram por atendimento especializado, essa contratação almeja:



- Facilitar o acesso dos pacientes a algumas especialidades, que inicialmente são obrigação do Estado, minimizando o tempo de espera nas filas de regulação.
- Prestação de um serviço de saúde especializado, de forma eficiente e mais ágil.

Providências a Serem Adotadas

Não foram identificadas providências significativas a serem adotadas além da realização dos trâmites de licitação, contratação e fiscalização dos contratos.

Possíveis Impactos Ambientais

Durante a confecção desse Estudo Técnico Preliminar não foram identificados possíveis impactos ambientais decorrentes da prestação do serviço contratado.

Viabilidade da Contratação

A equipe de planejamento, juntamente com a Autoridade Competente, declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

TR – TERMO DE REFERÊNCIA

Esta entidade resolve por elaborar o Termo de Referência em conjunto com o ETP entendendo ser mais prudente a organização das informações quando em apenas um documento e conseqüente melhor aproveitamento do tempo, tornando as etapas mais céleres.

A Lei de Licitações 14.133/21, discorre sobre o Termo de Referência:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;*
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
- d) requisitos da contratação;*
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;*
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;*
- g) critérios de medição e de pagamento;*
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;*



Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

Informações para elaboração do edital:

Abertura de Processo Licitatório na Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO, LEI 14.133/21.

Registro de preços	
SIM ()	NÃO (X)

Recursos Municipais 75%

Recursos Federais 25%

Rubrica Orçamentária:

ÓRGÃO: 08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2100 – Manutenção da Saúde Pública

REDUZIDO: 09 – 0002

ELEMENTO DESPESA: 3390 – Aplicações Diretas

ÓRGÃO: 08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2100 – Manutenção da Saúde Pública

REDUZIDOS: 09 – 0365 e 09 - 0065

ELEMENTO DESPESA: 3390 – Aplicações Diretas

ÓRGÃO: 08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2100 – Manutenção da Saúde Pública

REDUZIDOS: 09 – 0364 e 09 - 0064

ELEMENTO DESPESA: 3390 – Aplicações Diretas

Este Pregão contém recursos municipais e federais e faz-se necessário a publicação do aviso de Licitação no Dário Oficial dos Municípios – DOM e no Diário Oficial da União – DOU para maior amplitude na publicidade.

Prazo de publicidade do Edital:

Esta entidade define o prazo de publicidade de: 10 (dez) dias úteis.

A Lei N°14.133/21, dispõe em seu art. 55:

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

I - para aquisição de bens:

a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;

b) 15 (quinze) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea “a” deste inciso;



II - no caso de serviços e obras:

a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;

b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia;

c) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada;

d) 35 (trinta e cinco) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada ou nas hipóteses não abrangidas pelas alíneas "a", "b" e "c" deste inciso;

III - para licitação em que se adote o critério de julgamento de maior lance, 15 (quinze) dias úteis;

IV - para licitação em que se adote o critério de julgamento de técnica e preço ou de melhor técnica ou conteúdo artístico, 35 (trinta e cinco) dias úteis.

§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

§ 2º Os prazos previstos neste artigo poderão, mediante decisão fundamentada, ser reduzidos até a metade nas licitações realizadas pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Prazo de Vigência: 12 meses

Local de entrega/execução: Unidades de Saúde e no Hospital Nossa Senhora das Dores (em sistema de Sobreaviso, conforme escalas).

Prazo de entrega/execução: Imediato

Prazo de retirada: Até 12 meses

Condições de pagamento: Pagamento conforme apresentação da Nota Fiscal

Fiscal de Contrato: Camila Ferrari – Matrícula 41058601

Validade da proposta: 60 dias

Responsáveis pela elaboração deste documento:

Os membros abaixo relacionados se responsabilizam pela elaboração deste ETP – Estudo Técnico Preliminar e TR – Termo de Referência:

Capinzal, 29 de agosto de 2024

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde

CAMILA FERRARI
Escriturária (matrícula 41058601)
Fiscal de Contratos